

O INVENTÁRIO E SEUS ACTORES E ACTRIZES NO PANORAMA MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS

MUSEU MUNICIPAL (Rede local de museus) – Museu do Mar Rei D. Carlos

Património marítimo e biodiversidade costeira

João Camacho (Responsável pelo Museu)

Cascais - 27 / 8 / 2008

1. A inventariação, o inventariante e o Museu.

Sobre a função da inventariação:

1.1. Diga-me as dez primeiras palavras que lhe venham ao pensamento quando ouve falar em “inventário”.

1. Acervo
2. Número
3. Registo
4. Informatização
5. Medição
6. Incorporação
7. Doação
8. Documentação
9. Marcação
10. Divulgação

1.2. Queria pedir-lhe para me desenhar/descrever, primeiro por palavras, mas também num esquema simples, o circuito de inventariação do Museu nas condições actuais.

Aqui há uma particularidade que tem a ver com a questão autárquica, gostava de lhe explicar isto. Há sempre uma definição do modo de incorporação, pode ser uma doação, uma compra, um legado, um achado, uma recolha. Primeiro definimos o que é. Nós temos coisas que encontramos nas praias e trazemos para cá. Outras vezes temos muitas doações - é o nosso grande manancial de entrada de acervo - outras vezes compramos, não muito, há também, inclusivamente, alguns casos de transferências, enfim, outros meios... antigamente eram mais, agora a lei-quadro dos museus veio falar de uns sete ou oito. Eu no meu tempo aprendi pelo menos dez.

Uns dez quê?

Meios ou modos de incorporação, chamemos meios ou modos, é uma terminologia como outra qualquer, mas é no fundo disso que estamos a falar.

Depois de definirmos isso, entramos no processo de incorporação, isto para acervo novo. Estou a pensar numa peça nova. No processo de incorporação, uma componente logo ligada à conservação do acervo que entra... pode não ser necessária uma concepção tipo activo logo à partida... ou estabelecer as regras de questão preventiva. Por exemplo, uma peça com bicho da madeira, tenho que a começar a tratar logo com uma intervenção activa, e

depois tenho que pensar também em termos preventivos. Se for outro tipo de peça sem problema nenhum, mas que seja um exemplar de história natural eu tenho que pensar que ela vai exigir em termos humidade relativa e temperatura certas prerrogativas, portanto vou ter que pensar nisso quando estiver finalizado o processo de incorporação. Isto por um lado, a questão da conservação. Mas depois isto tudo ao mesmo tempo.

Depois, concretamente a nível de inventário, temos um registo informatizado, uma base de dados, que é o *in patrimonium*. Aí já tenho aqueles campos todos, já aparece número, inventário... são múltiplos os campos. Mas também paralelamente, (antes fazíamos à mão) incluindo toda a documentação possível à volta desta peça. Informação que obtemos na altura, com registo biográfico, com investigação nossa, com apoio da folha do doador ou com a própria fotografia que se tira da peça. A marcação também é importante, uma vez definido o número de inventário e outros aspectos às vezes particulares que nem sempre acontecem em todas as peças, mas que nesta fase entram.

Depois em termos de câmara há esta particularidade. Eu tenho que formalizar a incorporação através da proposta de câmara. É um texto meu em que eu digo por exemplo: “doação de artefacto etnográfico”, e refiro do que se trata, identifico a peça, digo quem é o doador no caso de ser uma doação, e justifico em termos de câmara considerando que o Museu do Mar tenha uma colecção de etnografia marítima, que o arpão, aro de pesca ou o xaile é representativo da Pesca de Cascais: Às vezes são questões muito formais. Proponho que a câmara aceite a doação de X, constituída por... e depois descrevo o exemplar.

Isto é um documento que permite que todos os presidentes e todos os vereadores saibam que entra esse material no Museu. E no fundo eles autorizam ou não. Claro que sendo uma doação normalmente autorizam. Se fosse com dinheiro era mais difícil. Tinha que ter um acordo prévio de que a câmara aceitaria aquilo. Nunca poderia comprar nada sem esse acordo arriscando-me a ser eu a pagar as coisas do meu bolso.

Mas nesse caso os argumentos teriam que ser mais...

E teria que estar lá expresso o preço. No ano passado tivemos esse caso aqui. Comprámos uma colecção de fósseis marinhos de 714 exemplares e naturalmente teve que haver um entendimento que era para avançar. Quando vai a moção de câmara o presidente e vereador da cultura já estão de acordo. Nunca se faz ao contrário.

Mas se for uma transferência, por exemplo, poderá haver alguns vereadores que sejam contra. Vamos supor por exemplo que eu aceitava peças de um contexto qualquer cultural que não era o devido, que ia a algum lado qualquer destruía qualquer coisa e queria cá pôr coisas à viva força descontextualizadas, roubadas... Claro que a câmara diria que não... Naturalmente eu não o faria. Mas todos os casos são possíveis e infelizmente há casos desses na museologia portuguesa. Agora cada vez menos, penso eu.

Depois quando o projecto estiver finalizado em termos de aprovação, é feito um ofício para o antigo proprietário, a dizer que a câmara aceitou. Sabe-se que foi aprovado por unanimidade ou que houve algum voto contra, essas coisas. Isto encerra o processo burocrático em termos de câmara. E depois seguindo este caminho, tem que se colocar em reserva ou em exposição, normalmente em reserva. Por vezes se a peça justificar, se tivermos a preparação de uma exposição, a peça pode entrar até directamente em exposição.

Mas estamos mais a falar sobre processo de incorporação, não é? Secalhar fugi um bocadinho.

Acho que não, porque tudo isto tem a ver com inventário para si, no fundo eu perguntei sobre o circuito todo.

Pois tem. O inventário, antigamente tínhamos que pensar nos passos todos, hoje em dia é a própria base de dados que nos diz o que é que precisa. Portanto nós, praticamente já não temos o esforço... de nos esquecermos... A aplicação informática ajuda-nos nesse aspecto.

1.3. Gostaria então que me dissesse, sob condições ideais, qual seria o circuito adequado.

Eu vou aproveitar este, faço lhe aqui um tracejado. Isto aqui não era tão significativo não se perderia tanto tempo com este processo que é lento: fazer uma proposta destas, ir à câmara, a câmara reúne uma vez ou duas, tem que se esperar que venha o resultado... Quanto a mim, esta componente burocrática era afastada ou pelo menos diluída. O resto penso que mantinha.

Por exemplo a nível de base de dados também é a ideal?

Quando cheguei ao Museu - foi há 12 anos - as coisas faziam-se em suporte papel, ali ou acolá não estava de acordo, mas os passos todos eram os correctos. Inclusivamente a atribuição de número de inventário, não massacrar a peça com números excessivos, zelar pela questão da conservação preventiva. Eu nesse aspecto encontrei já aqui um trabalho bem feito. Os técnicos que faziam isso são os mesmos ainda hoje. Corrigiram algumas coisas que achei por bem. Eles próprios tinham propostas nesse sentido.

Agora, a própria base é sempre discutível. Há uns anos atrás vi a apresentação do *Mobydoc*, do Ecomuseu Municipal do Seixal. Achei muito interessante porque era muito leve em termos de aplicação, vi também o *Matriz* e assisti ao nascimento do *Matriz*... porque uma das minhas professoras de mestrado era a Natália Correia Guedes, que estava nessa altura precisamente no inventário de património cultural, ali junto a Campolide. Eu estive na sala onde estava a ser feito o *Matriz* com ela e com os assistentes. Foi feita essa apresentação na altura mas não fiquei com uma visão muito formada. Depois mais tarde fui assistir à apresentação no CCB e enviaram também o CD exemplificativo. E, francamente eu não simpatizo muito com o *Matriz*, porque está vocacionado ou para a Arqueologia ou para as Artes Decorativas, tudo o resto fica hipotecado, nós aqui com História Natural, com muita Etnografia Marítima, com muitos artefactos ligados à marinharia e navegação... Não era confortável.

Este é o *in patrimonium*, da Sistemas do Futuro, já está a ser aplicado em muitos museus, nomeadamente em Espanha.

Sim? em quais museus?

Na Galiza, muitos museus trabalham, compraram o aplicativo. Ele tem alguns senãos, mas muitos que têm a ver com a lentidão de acesso e isso já não era culpa da aplicação, era culpa do sistema informático da câmara e do servidor que demorava eternidades até as coisas andarem, agora foi corrigido recentemente com a fibra óptica. Sim, porque nós depois começamos a antipatizar com uma certa coisa, só porque ela demora muito tempo a abrir. Mas elas têm uma vantagem: têm sido sempre actualizadas, têm sido corrigidos muitos *bugs*, e eles têm sempre a porta aberta, ou por telefone, ou vindo cá para dar assistência. E têm um módulo, que é coisa rara para as bases de dados, consagrado à História Natural que é o *in natura*, por isso penso que é um sistema equilibrado. A nossa versão é uma versão

premium. Há pouco tempo era só a Gulbenkian que a tinha e nós. Penso que não nos podemos queixar.

Então em relação a temas como património intangível, esta base de dados funciona bem?

É satisfatória, nomeadamente com as correcções de rede que foram feitas. Agora está muito mais leve e apelativa. O que é muito importante para quem está muitas horas em frente a um computador a inserir dados - que não podem estar errados - que tenha também um sistema simpático, mais rápido, que permite facilmente a confrontação com outra peça. Convém que a base também nos ajude aí.

João, eu nunca tive oportunidade de ver este sistema a funcionar ...

Podemos fazer isso...

Contempla a opção de que o público possa consultar a documentação nele inserida?

Está previsto que o possa fazer. Neste momento ainda não há autorização para isso. Ainda estão os museus todos de Cascais a passar da fase do papel para esta fase. Estamos em processo de transposição. Mais tarde a aplicação irá permitir isso, nomeadamente em alguns campos - como aliás tem que ser - de forma que possa haver monitores nas salas e que possa haver, inclusivamente através da página *Web*, as pessoas em casa... o que também é muito interessante. Mas ainda estamos um bocadinho longe. A aplicação permite e eu sou a favor disso, porque a informação não tem que estar guardada no meu bolso, nem escondida para eu e os outros aqui usufruirmos. Isto é de todos e a informação tem que ser aberta. E depois há *n* referências bibliográficas que vêm ligadas ao Centro de Documentação. Também nos interessa que amanhã as pessoas por via do livro, da brochura ou da peça venham até ao Museu. É esse o objectivo final.

2. A última incorporação.

2.1. Diga-me em qual das modalidades foi feita a última incorporação de um bem cultural/exemplar:

- | | | | |
|----------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 2.1.1. Compra | <input type="checkbox"/> | 2.1.10. Proveniência desconhecida | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.2. Doação | <input checked="" type="checkbox"/> | 2.1.11. Herança | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.3. Empréstimo | <input type="checkbox"/> | 2.1.12. Permuta | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.4. Legado | <input type="checkbox"/> | 2.1.13. Afectação permanente | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.5. Recolha | <input type="checkbox"/> | 2.1.14. Preferência | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.6. Achado | <input type="checkbox"/> | 2.1.15. Dação em pagamento | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.7. Transferência | <input type="checkbox"/> | 2.1.16. Depósito | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.8. Expropriação | <input type="checkbox"/> | 2.1.17. Produção própria | <input type="checkbox"/> |
| 2.1.9. Fundo antigo | <input type="checkbox"/> | 2.1.18. Outra. Qual?..... | |

A última que fizemos foi a dos fósseis.

Então foi por compra.

Foi por compra.

Mais isso foi uma colecção... Eu falava numa peça individual

Então, é o último objecto que entrou no Museu, peça individual? É isso que me está perguntar? A peça individual foi uma doação.

Então a última incorporação de uma colecção sim foi a dos fósseis.

Em termos de conjunto também foi uma doação, porque recebemos um conjunto de 7 ou 8 elementos...

2.2. Indique-me agora em qual das modalidades foi feita a última incorporação de uma colecção:

2.2.1. Compra	<input type="checkbox"/>	2.2.10. Proveniência desconhecida	<input type="checkbox"/>
2.2.2. Doação	<input checked="" type="checkbox"/>	2.2.11. Herança	<input type="checkbox"/>
2.2.3. Empréstimo	<input type="checkbox"/>	2.2.12. Permuta	<input type="checkbox"/>
2.2.4. Legado	<input type="checkbox"/>	2.2.13. Afectação permanente	<input type="checkbox"/>
2.2.5. Recolha	<input type="checkbox"/>	2.2.14. Preferência	<input type="checkbox"/>
2.2.6. Achado	<input type="checkbox"/>	2.2.15. Dação em pagamento	<input type="checkbox"/>
2.2.7. Transferência	<input type="checkbox"/>	2.2.16. Depósito	<input type="checkbox"/>
2.2.8. Expropriação	<input type="checkbox"/>	2.2.17. Produção própria	<input type="checkbox"/>
2.2.9. Fundo antigo	<input type="checkbox"/>	2.2.18. Outra. Qual?.....	

Ou seja a última singular e a última colecção foram as duas, doações?

Foram as duas doações, como é 99,9% do nosso acervo. A colecção dos fósseis foi uma excepção em 12 anos, nunca tinha comprado absolutamente nada, porque não há dinheiro simplesmente para isso.

Às vezes queremos renovar as assinaturas periódicas de revistas, comprar coisas que precisamos e é difícil. Nunca ousamos, nunca foi possível até agora, participar num leilão, nunca foi possível ir a um particular e propor uma venda.

Vivemos de doações e de estar muito atentos a quem está por morte a desfazer-se das coisas, netos ou filhos de pescadores que a primeira coisa que fazem é destruir aquilo tudo, numa fogueira nas traseiras da casa, porque querem cortar com a imagem, em termos de estatuto, porque o avó era pescador e eles já são bancários, são isto ou são aquilo.

Portanto há infelizmente esta mentalidade terrível de destruir o que é visível, o que é palpável, quando as pessoas morrem, até porque acham que não tem valor nenhum, são canas velhas, arcas, aros de pesca, trajes... portanto tudo aquilo é lixo.

Se estivermos atentos a pessoas que ainda em vida idealmente nos possam doar, fazemos isso, senão, se após morte pudermos sensibilizar netos ou filhos, eles não se importam porque é alguém que vai tratar de tudo, eles querem é a casa vazia... melhor ainda! Embora haja naturalmente excepções de pessoas que querem perpetuar a memória dos falecidos através das doações para o Museu. Mas não são infelizmente a maioria, porque os pescadores tinham um cunho de menoridade: muito esforço, muito trabalho, muito risco, muito pouco compensatório em termos económicos, muito pé descalço, muito cheiro a peixe e alcatrão, naturalmente hoje em dia há uma descendência que não vive bem com isso e portanto renega. Temos que viver com isso e sensibilizá-los. Porque muitas vezes acham que está ali uma peça velha, podre, cheia de caruncho e nós dizemos “não, não é!” porque é única, porque é rara, porque aparece numa fotografia que nós temos no Museu, porque

estamos a preparar uma exposição sobre certa área temática e ela entra lá perfeitamente... É uma das nossas funções, sensibilizá-los.

3. Uma história simples

Pode contar-me uma história acerca de uma dessas incorporações - ou de outra que lhe venha à memória agora e que julgue interessante - referindo em especial:

3.1. A data - certa ou aproximada - em que ocorreu;

Vou falar da doação dos fósseis até pela singularidade de ser uma compra e não uma doação. Que é que eu lhe posso dizer? A data?

Sim.

2007. Houve uma carta dirigida ao Presidente da Câmara por parte do proprietário alegando razões de ordem económica ligadas a um problema de saúde. Estaria a vender algum do seu património para poder cobrir despesas de saúde. Uma das coisas que se dispunha era a desfazer-se da sua colecção de fósseis e numerava, descriminava, os grandes grupos de exemplares em termos de áreas geológicas, estabelecendo um preço de conjunto. Isso foi recebido no Gabinete do Presidente, foi encaminhado para a vereadora para se saber a opinião dela, que ficou sensível ao caso pelas razões humanitárias até.

Desencadeou-se o processo, foi destacada uma unidade orgânica, que somos nós, para tratar do assunto. Fizemos uma deslocação para ver o tipo de peças, o estado de conservação... e para discutir também o preço porque o preço que estava a ser pedido era um pouco elevado.

Um pouco?

Era muito elevado. Eu não sendo especialista em paleontologia tive que arranjar uma especialista ligada ao Museu de História Natural da Universidade de Lisboa, que é a Dra. Liliana Povoas. Ela é uma pessoa formidável, que sabe o que é que está a fazer, e a falar de olhos fechados. Muito disponível, fez um parecer gratuito, estive com ela ao almoço, a usufruir da companhia dela... e ela fez-nos esse favor. As coisas funcionam ainda nesses termos. É preciso conhecer as pessoas certas. Neste caso era fácil. Fomos a casa dele, ela viu, reconheceu a importância científica, a autenticidade e o bom estado de conservação, estipulou um documento que consignou todas essas características e avançou com um valor alto.

A câmara analisou a proposta que eu fiz com um valor próximo desse, mas um bocadinho abaixo, que veio a ser proposto ao proprietário, que aceitou logo. Acabou por se arranjar um preço definitivo. E depois foi tratar dos procedimentos todos. Neste caso, como havia dinheiro envolvido, houve uma série de mecanismos internos, contabilidade, divisão de aprovisionamento, assinaturas a recolher, etc...Isto demorou um ano. Foi o ano todo. Posso dizer que a colecção só entrou este ano, Janeiro, Fevereiro, talvez. Mas concretizou-se. A câmara autorizou a compra e procedeu-se ao transporte. Fomos buscar os 700 e tal fósseis com carros da câmara com apoio, etc. Agora estamos no processo de inventariação, o que não tem sido fácil.

Isto para lhe contar uma história diferente do habitual.

Onde estava guardada a colecção?

Estava numa cave, uma espécie de garagem do proprietário. Não com as condições ideais mas com algumas condições de conservação, tinha mobiliário próprio e tinha algumas condições de isoterмия e de ausência de grandes picos de humidade relativa, portanto não se pode dizer que estivesse mal.

3.2. As negociações entre o/a doador/a, ou vendedor/a, e a direcção do Museu ou quem o representou (as pessoas que participaram nessas reuniões);

3.3. Onde estava guardado o bem/exemplar ou a colecção?

3.4. Como se fez o reconhecimento local da situação em que se encontrava o bem/exemplar?

Foi através do especialista que nós convidámos porque não conhecíamos minimamente a área. Foi emitido um parecer científico que apontou para duas situações: por um lado autenticidade e estado de conservação consentâneo das peças e, por outro lado, a questão do valor. Não há valor para peças de 500 e tal milhões de anos, até as coisas mais recentes são de dezenas de milhões de anos. Portanto, não há preço possível, mas tinha que haver um valor. Neste caso posso-lhe dizer que ela estipulou um valor de 10.000€ e aquilo foi vendido por 8.750 €. Ele aceitou imediatamente e achou bem. Nós só acabámos por não dar o valor total porque ele quis ficar com algumas peças, as mais valiosas, de recordação. Ele escolheu as mais interessantes. Embora a colecção tivesse outros exemplares bons, ficou decapitada em quatro ou cinco estrelas.

A pessoa que fez a venda ou a doação deixou tirar fotografias no local?

Fez melhor, entregou-nos um CD com fotografias das peças todas.

E do local onde as peças estavam?

Não houve essa possibilidade. As coisas estavam num móvel com prateleiras e não houve essa possibilidade.

3.5. As observações que foram efectuadas nesse local foram consideradas importantes para o conhecimento desse bem/exemplar e para a sua nova forma de vida no contexto do Museu?

Não foram. As coisas estavam simplesmente encaixotadas em gavetas. Nem o local onde estavam nem a maneira como foram mostradas... pode ter facilitado o trabalho em termos de avaliação dos 700 e tal exemplares, alguns deles enormes.

Observações feitas pelo próprio dono...

Reafirmou muitas vezes que a colecção era muito importante e muito boa, que estava em bom estado de conservação, que tinha tido cuidado na contextualização dos achados, e realmente tinha o local e as datações correctas quando as retirou. Reafirmou também que tinha muita pena de se desfazer da colecção.

3.6. A chegada ao Museu: Quem se interessa por ver o bem/exemplar ou a colecção? Quem tem acesso a ele? Contam-se histórias? Acontece algo de novo no Museu e nas relações entre as pessoas?

As pessoas que trabalham no Museu?

Ou a própria comunidade. Não sei se chega à comunidade...

Depende, peças de marinharia e história natural não têm expressão para a população em geral a não ser que venham para a exposição. Aí podem ser ou não comentadas, reconhecidas, louvadas. Antes não é esse relacionamento. Talvez venha agora a haver com a *Newsletter* que está na página *Web*, na *Internet*. Não sei se já tem. Aí nós vamos dizendo que peças vamos tendo... Esperamos que aí a mentalidade seja diferente.

Tudo em formato digital?

Pelo lado da comunidade por vezes não há esse conhecimento, ou realmente são doações de falecidos e aos familiares não lhes interessa dizer.

Ou então quando é dado, é muito unilateralmente. É a senhora X que deu ao Museu, é o casal - marido e mulher - que dão ao Museu. Não é comentado entre eles. Sabemos que o acto de doação não foi "ventilado". O acto de doação não é ainda um acto de partilha.

Cá dentro temos uma atitude muito calma, para já somos muito poucos, o tempo é muito pouco e há muito trabalho para fazer. Não tivemos ainda apetência para abrir uma garrafa de champagne.

E comentar?

Comentar, sim. Por exemplo, a colecção dos fósseis foi comentada. Porque é que a câmara tem dinheiro para umas coisas e para outras não tem? Porque é que este recebeu dinheiro para uma colecção e os outros não? Não sei se é má-língua. Agora, quando são doações banais: "ai que lenço tão bonito!" "ai este anzol, é tão giro!"... mas ao nível do Museu só eu e mais dois ou mais três pessoas.

3.7. Como são feitos o inventário e a arrumação no contexto do Museu?

E contemplada a questão da conservação. Não podemos deixar que a peça contamine outras ou que se venha a partir nas nossas mãos tendo vindo para cá inteira. Depois destes procedimentos todos, que não são poucos... mas, estava a perguntar qual era o destino?

Estava a perguntar estas duas fases em concreto, a sistematização, colocação na base de dados e depois... a arrumação.

Exactamente, depois da sistematização na base de dados, que pressupõe à partida que já haja um número de inventário que o próprio sistema atribui...

E antes de toda a sistematização, há um processo de pesquisa?

Há um processo simultâneo que tem a ver com a documentação toda que nos é dada junto com a peça, material da peça, terminologia...

Quando vamos à casa já temos uma ficha tipo em que perguntamos historial da peça, tecnologia, fábrica, aspectos interessantes ligados a antigos proprietários...

Há peças que podem ter vindo de avós, compradas por não sei quem... todos esses aspectos, para além de toda a documentação que eu procuro que venha atrás da peça. Muitas vezes é oral. Procuramos recolher o máximo possível de informação na altura, porque é um momento único para isso, depois, mais tarde, é mais difícil. Depois morrem, desaparecem do circuito e é mais difícil recordar...

Por vezes interessa-nos, para efeitos de preenchimento de outros campos, documentarmos nós próprios por método comparativo, pela *Internet*, ou por registo de outras peças que nos

ajudem a completar o melhor possível toda a informação sobre a peça... Inclusivamente referências bibliográficas.

O processo da base de dados é um processo construtivo, não se faz num dia só, primeiro preenchemos os seis campos obrigatórios que ela exige, mas depois todos os outros podem ser feitos cumulativamente, e portanto quando temos os dados os pomos lá. Prefiro que se façam as coisas bem e devagar, do que a correr. Até porque tem que haver uma maturação sobre a peça, a pessoa vai para casa a pensar, fala com um colega, passa noutro museu, vê se também tem, tenta-se saber mais qualquer coisa, compara. Entretanto a peça é marcada, - interessa-me que seja marcada rapidamente -. Depois, a partir daí a peça é colocada ou em reserva já no seu local definitivo, que é referido na ficha. Se vai directamente para a exposição, o que não é vulgar, também se assinala.

Esta ficha também tem a movimentação da peça: "foi emprestada para alguém em tantos de tantos", "voltou...", "foi para exposição, voltou para reserva assim..." O circuito que é fundamental.

Como é feita a marcação na peça?

A marcação é feita consoante a peça. Na história natural, as vezes temos uma pequena concha minúscula: ela é posta num saquinho fechado. Peças que não possam sofrer marcação, também é mais ou menos o mesmo processo. Quando é possível marcar na peça existe uma tinta e marcadores especiais. Também tiramos fotografia da peça, o que é fundamental para efeito de base de dados.

4. O Museu manifesta-se

Pode falar-me dos temas que mais interessam ao Museu para um reconhecimento dos bens/exemplares que nele entram, dando conta sobretudo:

- 4.1. De aspectos relacionados com a história do bem/exemplar: material de que é feito, funções que exerceu ou exerce, o seu autor ou autora, as circunstâncias em que foi feito, o seu valor estimativo para as pessoas que o tinham na sua posse;

O Museu tem essa preocupação, naturalmente. E procura na tal folha de trabalho que acompanha a equipa quando vão ter com as pessoas.

Que já não é a tal ficha tipo?

Nós temos a ficha tipo que é assinada pela pessoa, onde está a identificação, se foi uma doação, empréstimo, depósito... Essa ficha tem utilidade aqui.

Porque a acompanhar a proposta de câmara tem que ir este papel com a assinatura da pessoa. Também para nós internamente temos um primeiro documento a comprovar.

E a folha de trabalho?

Essa folha de trabalho é, por vezes, um bloco de notas onde quem vai a acompanhar durante a recolha, transcreve rapidamente. Também pode levar um envelope para alguma fotografia da peça, às vezes até papéis difusos. Já chegámos a ter blocos de conta, coisas do quotidiano que nós, naturalmente, trazemos para cá.

- 4.2. De aspectos relacionados com a história da pessoa ou pessoas que o usufruíram;

Procuramos sim, nomeadamente na parte de etnografia, porque é mais fácil e importante, porque muitas peças têm por trás um valor imaterial que importa capturar no momento. O

que fazemos muitas vezes é uma entrevista ao proprietário, que pode ser feita depois, às vezes já no Museu.

Não estamos muito tempo em casa das pessoas. As pessoas vêm depois aqui ao Museu com calma e, ao pé da peça, falam dela através da recolha da história de vida, ou através de simples perguntas ou de uma entrevista semi-dirigida: “Então, diga-nos lá. Lembra-se quando é que isso foi para a vossa família?”, “Lembra-se de como é que o seu pai usava, que tipo de peixe capturava”. E apanhamos muita coisa...

4.3. Gostava de saber se o registo destas informações é tido por essencial:

4.3.1. Para se prepararem exposições no futuro;

4.3.2. Para a história do Museu e das suas actividades.

A palavra essencial é muito forte, mas é tida por muito importante. Não quer dizer que não se possa fazer ou trabalhar sem esse conhecimento, até porque temos peças sobre as quais sabemos muito pouco, e elas não deixam de estar interpretadas nas salas e de ser usadas. Mas é importante sabermos o máximo possível sobre as peças.

Terão sido recolhidas numa fase em que não se dava muita importância... mas isso agora, ainda acontece?

Sem dúvida, há duas situações. Há um conjunto grande que vem de trás, que são cerca de 80% do acervo do Museu, onde nem sempre houve esses cuidados, porque não havia essa disposição na altura e porque antes não se pensava dessa maneira.

Muita da informação sobre a peça estava em papelinhos que se perderam e que não foram transcritos, não havia sequer computador. Depois há peças que estão muito bem documentadas, mas a outras ao lado já não estão. Outras peças tiveram proveniências um bocadinho mais duvidosas, como alguns elementos de história natural que foram capturados no estuário do Tejo e no Sado. Alguns deles hoje em dia seria completamente proibido captura-los, mas isso, na altura, era um bocado um troféu... não se dizia muito sobre eles. Há essa componente um bocadinho nebulosa. Mas depois também há, na actualidade, outro aspecto importante: as pessoas que têm peças em casa, que são interessantes, mas que as pessoas sabem muito pouco delas. Ou porque a pessoa que a manuseou já não está cá, ou porque a pessoa não sabe bem para que é que servia, ou porque não sabe muito bem como é que foi lá parar a casa.

Nós próprios, por vezes, temos dificuldade em perceber muitos aspectos.

4.4. Se estes estudos e inventários permitem considerar o bem/exemplar que entrou no Museu, ou a colecção que passou a fazer parte do seu espólio, objectos que antes tinham uma vida em sociedade?

Muitas delas sim, nomeadamente as oriundas da comunidade piscatória de Cascais e as de história natural que tinham vida própria, que eram seres vivos antes de serem capturados ou arrojados. Sim, porque também temos alguns exemplares que foram achados nas praias: animais em estado cadavérico ou moribundo que vieram morrer, e depois foram trazidos para o Museu e foram conservados em meio líquido, pela taxidermia ou pela dermoplastia. Esses por si só, já eram vida. Mesmo os aspectos ligados à navegação também exerceram funções importantes. Por exemplo na arqueologia aquática nós encontrámos, pratos, panelas... que tiveram por trás uma vida muito intensa.

5. Projectando o Museu ideal.

Isso é uma utopia!

Mas é importante olhar de vez em quando nessa direcção...

Devia ser horrível o museu ideal. Depois todos os outros ficavam aquém daquele. Viver-se no ideal deve ser horrível. É como viver com uma pessoa perfeita, sem defeitos, deve ser cansativo.

Nunca experimentei! Suponho que sim...

Deve ser cansativo, até por percebermos constantemente que não estamos tão bem quanto aquela pessoa...

Podemos tentar aproximar-nos do museu ideal... até pode ser uma experiência interessante!

Aproximarmo-nos um bocadinho secalhar é saudável.

5.1. Indique-me que propostas apresentaria para actualizar e conferir maior eficácia ao quadro de funcionários/as do Museu, falando em especial:

Para já, aumentar as vagas, claramente, porque somos muito poucos. Depois, possibilitar que cada vez houvesse mais áreas de especialização, embora compreenda que todos nós devemos saber um bocadinho de tudo. Não é porque é preciso de vez em quando, é porque temos que ter uma ideia genérica do conjunto de trabalho do Museu. Não pode ser “Serviço Educativo não sei o que é... nem me interessa” Não pode acontecer isso. Estamos numa caixa fechada em termos de espaço, de instalação, e em termos de quadro de funcionários. Nós somos os mesmos há não sei quantos anos, portanto é importante saber o que os colegas do lado estão a fazer.

Mas a especialização também é muito importante porque não dá jeito nenhum que uma pessoa como o Nuno Miranda faça conservação activa, preventiva, pesquisas na net, marcação de peças, ofícios em inglês, montagem de exposições. Porque, às tantas, faz um bocadinho de tudo e acaba por não fazer... é complicado.

Preferia que houvesse aqui uma especialização mais profunda.

Em segundo lugar, ao nível da formação, era muito importante que a câmara, para além das formações internas que são muitas na área do inglês, computadores, atendimento ao público etc... também desse oportunidade de participar em formação externa, que é mais cara, tem deslocações, estadia. Por exemplo, as acções de formação da Rede Portuguesa de Museus, são fundamentais.

Mas vocês não têm acesso?

Tivemos há alguns anos, actualmente o que está dito e escrito é: “se quiserem ir, podem ir, mas pagam do vosso bolso”. É complicado, os ordenados são muito pequenos e é muito agradável estar três dias no Porto, em Portimão, mas tem que se pagar deslocação, comida, 80€ ou 90€ por dia...

Eu ouvi dizer que a Rede de Museus de Cascais estava a preparar a candidatura para integrar a RPM...

Houve dois momentos em que os nossos museus estiveram para entrar. Fizemos uma primeira candidatura, internamente, em 2001, logo no princípio da constituição da Presidente

Clara Camacho na Rede, daquelas primeiras entradas, que teria sido uma altura muito boa para entrar. Depois um segundo folgo, em 2004, já com o advento da lei-quadro. Tudo formalizado. Depois mudaram o que era pedido, fizemos, estava tudo pronto, ficou estagnado numa gaveta qualquer.

No primeiro ano disseram-nos que tínhamos que esperar uns pelos outros, o que está errado na minha opinião. Na segunda vez ainda não era pertinente, agora a última versão que data do ano passado (2007), é que preparemos as coisas todas. Temos já um número próprio de acreditação, temos trabalho feito a nível de incorporação e regulamentos exigidos mas, curiosamente, nos últimos meses ninguém tem pedido rigorosamente nada, no último ano trabalhámos muito neste sentido, preparámos tudo. Este ano ouve uma espécie de injeção paralisante. Estamos todos parados à espera não sei exactamente de quê, se estão à espera de outro museu, se houve algum contratempo.

Nós temos noção que quanto mais depressa entrarmos melhor, por todos os motivos e mais alguns. A começar pela defesa do próprio Museu. Estamos sempre sujeitos a que alguém venha dizer “este Museu não faz sentido, apaga-se”, mas também pela visibilidade e divulgação do próprio Museu, pelo acesso a apoios de formação e de outra ordem, apoios técnicos que eles fazem.

Não estou a falar só do nosso Museu, o Conde Castro Guimarães está preparadíssimo para entrar, o Museu da Música... Estes três pelo menos são museus, obedecem às características de museu.

Depois há aquelas bolsas... Mas esses casos, não devíamos ficar reféns deles... Devíamos rapidamente entrar e depois os outros, consoante evoluíssem, logo se via se entravam ou não... Não temos que entrar todos ao mesmo tempo.

Até abriam caminho...

Abríamos caminho, até porque era mais difícil para nós do que para quem vem atrás. De bom grado pegava na bandeira e avançava, mais não posso.

Conseguimos aderir, curiosamente, no ano passado ao ICMC (*International Congress of Maritime Museums*). Houve uma expectativa de poder fazer aqui o Congresso deles de 2009. Aderimos, somos o membro 526, pagamos a nossa quota anual, recebemos alguma documentação... mas o congresso foi parar aos Estados Unidos.

Agora pelo menos sempre estamos integrados numa associação internacional. O que é bom para nós é que permutamos com 200 e tal museus e institutos. É daí que vem o nosso acervo bibliográfico, sim que nós não temos dinheiro para comprar e é pela via da permuta. É também um canal muito bom de divulgação daquilo que nós fazemos.

E agora a página da *Internet* e a *Newsletter* também nos vão dar outra visibilidade a nível nacional e internacional, espero eu.

A nível de quadro de funcionários do Museu, o que é que falta?

Falta um biólogo marinho, pelo menos um. Faltam mais pessoas para o Serviço Educativo, faltam mais pessoas para a portaria, falta um técnico superior de BAD (Biblioteca, Arquivos e Documentação) para gerir como deve ser o nosso Centro de Documentação, mas a tempo inteiro, de modo a que o Centro de Documentação esteja sempre aberto e sempre a funcionar. Isto é o essencial. Ou duas pessoas até, isto é, também um técnico profissional que ajude o técnico superior. Depois o céu é o limite, mas isto era, são, lacunas muito importantes.

Um conservador?

É aquela questão do modelo anglófono, director e curador, ou uma figura só. Nós somos um museu pequeno. O responsável aqui tem uma duplicidade de curador, director.

Se pudéssemos ter um director que fizesse gestão financeira de recursos humanos, equipamentos, obras, materiais, relações públicas, representar o Museu, e depois tivesse um conservador que tivesse uma visão mais interna, mais de pesquisa, que tivesse mais tempo para dedicar-se ao acompanhamento dos processos que dão mais gosto: tratamento de acervo, montagem de exposições, etc. Isso era ideal. Neste momento esta figura não existe. Como sabe a Lorena, o próprio director aqui é fictício, porque apenas há um responsável do Museu.

E quem é o responsável do Museu? É um técnico superior, como há tantos na câmara, que está a exercer a função de responsável do Museu. Muitas vezes até somos tratados externamente como directores do Museu. Temos esse trabalho e esse papel mas, na prática, não temos acrescento remuneratório por isso, temos é muito mais trabalho. Também fazemos por gosto. Em termos orgânicos, acaba na divisão de museus municipais, não temos sequer expressão em termos do regulamento de serviços municipais. Se não existe a instituição, como é que vai existir o director.

Nós somos funcionários da câmara que exercem funções no Museu, o que não é muito correcto ou consentâneo. O que nós temos é anos e anos de experiência. Isso ajuda-nos muito. Quem está aqui está por amor ao Museu! Porque se apaixonou pelo Museu. E o que nós fazemos aqui é trabalho mas não é trabalho, é prazer, o que é muito bom. Isso não tem preço.

5.1.1. Nos conhecimentos que uma pessoa deve ter para estudar e inventariar objectos e colecções;

Como digo era necessária a nossa actualização. Para a base de dados foi feita pela câmara. Agora em termos de aspectos ligados à componente científica, era importante mais formação externa, que eles participassem em acções de colecções etnográficas, tratamento fotográfico e multimédia, políticas e sistemas de documentação, Serviço educativo. Há uma série de ofertas, mas é preciso pagá-las. Tudo isso é importante, até para a pessoa também trocar experiências com colegas de outros sítios. Essa troca é fundamental. As pessoas não podem estar aqui dentro anos e anos...

Em concreto na área de estudo e inventário de objectos e colecções, que especialistas escolheria, como reforçaria a equipa?

Reforçaria... Tenho neste momento uma técnica profissional de museologia e um técnico profissional de acção educativa, que é apenas uma designação porque ele também percebe muito de museologia, mas era a vaga que estava disponível nesse momento na câmara. Ele, na prática, percebe tanto ou mais do que a técnica de museografia. O mal é que para além destas coisas fazem mais *n* coisas e dispersam-se. Idealmente concentrava estas duas pessoas só em inventário, com mais possibilidade de aprofundar a documentação, angariar outros doadores, enriquecer acervos em áreas em que o Museu é deficitário, e deixava que outros trabalhos, como o caso da técnica que faz trabalho da biblioteca, fossem feitos pelo tal técnico de BAD. Também gostaria que a parte da conservação preventiva e activa pudesse ser feita por um técnico profissional que entrasse nessa área. Que a parte de

ofícios pudesse ser feita por uma pessoa de serviço administrativo que reforçasse o departamento administrativo, que só tem uma pessoa.

Era vantajoso para todos, para eles que tinham uma função mais especializada e para o trabalho em si. Mais repartido era feito mais depressa e realmente melhor.

5.1.2. Em outras categorias profissionais relevantes para o estudo e inventário de objectos e colecções de diferentes naturezas;

5.1.3. Nas categorias profissionais que gostava de criar para aperfeiçoar o trabalho de inventariação.

Há muitos anos que se fala do Register, em termos lá de fora. É uma figura, secalhar muito colada ao contexto anglófono, mas que na altura teve a sua importância até secalhar antes do computador. Hoje em dia as coisas estão mais democratizadas. A aplicação ajuda-nos muito, mas se calhar era importante que pudesse haver alguém mais disponível para, no exterior, motivar potenciais doadores, fazer levantamento de potencial acervo interessante para o Museu. Porque estamos sempre condicionados ao que vem ter connosco.

Quando diz exterior, diz contactos com a comunidade?

Com a comunidade, com o acervo, mas mesmo ultrapassando o acervo, com aquários, com outros contextos onde aparecem animais mortos. Por exemplo a possibilidade de ir a uma praia no norte buscar um cadáver de um golfinho.. eu neste momento não tenho logística para isso. Era interessante que eu pudesse ir a certos contextos de zonas onde estão a ser feitas embarcações tradicionais, abate de navios, por exemplo, e pudesse recuperar rodas de leme, bitáculos de bússolas, *n* coisas que muitas vezes vão para o lixo ou são vendidas ao ferro velho, e que se houvesse uma pessoa no terreno que tivesse essa disponibilidade para ir, muitas coisas acabavam por vir para cá.

Como chamaria a esse técnico?

Chamava, técnico, não sei, não era necessário que fosse superior. Não é por aí que as coisas correm melhor. Às vezes as pessoas vêm muito verdes da Universidade, ou com expectativas muito altas, e depois, há aquela distinção entre quem tem curso e quem não tem, o que é perfeitamente patético. As pessoas valem pelo que são enquanto pessoas. Nascemos nus, morreremos e ficaremos em pó. Depois há fundamentos ao longo da vida que são válidos e têm que ser aplaudidos. Mas para determinado tipo de tarefas não é necessariamente um técnico superior que o faria melhor.

Mas falando em categorias profissionais?

Técnico de museologia que tivesse o perfil, a vontade, disponibilidade, bom relacionamento humano, sensibilidade e conhecimento para o que vai ver junto de capacidade para orientar e cativar as peças para aqui, era a pessoa indicada. Mas também podia ser alguém com outro rótulo, para mim não é tanto o rótulo. É mais o perfil da pessoa. Mas seria um técnico profissional de museologia. A câmara tem *n* categorias, vamos ter muito menos em 2009. Este Nuno Miranda é técnico profissional de acção educativa só porque era a vaga que foi possível ocupar, e a colega ao lado tem museografia. Tirou ainda um daqueles antigos cursos do IPPC em 89. Na altura havia os conservadores de museu, aqueles cursos muito ecléticos - por vezes mais bem orientados e outras vezes menos - ficavam um pouco endeusados, saíam de lá como conservadores de museus. Ainda hoje recebo aqui o Sr.

Conservador, e o Sr. Conservador é muito mais importante que o director. É um endeusamento completamente patético, porque vem daquele tempo do João Couto e do Estado Novo, defendiam aqueles valores patrimoniais do país, como a raça, a história, a honra, a família. Para defender todos aqueles valores do Estado Novo, faz-me lembrar aqueles antropólogos que eram criados no instituto, serviam para provocar ou amenizar as tensões tribais. Eram no fundo administradores coloniais formados para um país colonialista.

Falou de um museólogo e não de um antropólogo por exemplo?

Falei, porque secalhar o trabalho que é pedido no terreno, a maneira como se encara uma peça, a sua validade ou não para acervo é francamente trabalho de museologia e não de antropologia. A museologia aqui aparece já como um aprofundamento, com 1 passo ou 2, ou 3 ou 4 mais a frente. Um antropólogo por si só, pode ter apetência, sensibilidade, mas não tem que ter gosto pela museologia e sobretudo percepção da importância duma peça.

5.2. Fale-me do que faria para transformar o seu Museu num lugar ideal para o público, no que tem a ver com o acompanhamento de visitantes.

5.3. Indique-me como transformava o seu Museu num lugar ideal para o público, referindo mais especificamente as questões que envolvem contactos e relacionamentos com a população envolvente.

Reforçava em termos de elementos, mas multiplicava o tipo de serviços postos à disposição dos visitantes.

Para passarmos das simples visitas orientadas, já temos feito em *ateliês* também, mas ainda há muito que se possa fazer, refiro-me por exemplo, a franjas de grupos especializados, como reclusos, domésticas, desempregados... É fundamental que essas pessoas possam vir ao Museu. Todas essas pessoas que estão normalmente à margem das nossas casas de cultura, cultura entre aspas. No fundo que se ultrapassem as simples escolas, as famílias que vêm fazer o seu chi-chi. Temos as excursões de velhotes, que vão a Fátima e a Tomar, sabem que o Museu do Mar é agradável, mas também sei que eles param cá porque sabem que temos boas casas de banho.

Por outro lado, em termos de exposição, que se passasse da atitude contemplativa do visitante. É fundamental que eles encontrem no Museu módulos interactivos e experimentais, e que se sintam a interagir com a exposição.

Que também não se faça do Museu áreas de leituras. Se as pessoas já não lêem em casa, porque os hábitos perderam-se e o tempo é pouco, não é num museu que vão ler um painel de cima a baixo. Portanto a linguagem curta, concisa, clara e apelativa.

E que se a multimédia é usada, também não seja usada em demasia, porque continuo a achar que o objecto autêntico é fundamental.

Uma casa de filmes a passar multimédia também não é um museu, pode ser um centro de diversões, um centro de documentação, mas não é um museu. O museu tem que ter o objecto autêntico. O objecto autêntico também não vive por si próprio e não pode estar endeusado numa vitrina, tem que ter à sua volta um conjunto de coisas que o façam compreender tudo o que tem a ver com esse objecto.

O Serviço Educativo também tem que ter linguagens apropriadas para os diferentes estratos etários. Têm que ter paciência e perceber quem é que têm à frente. Se estão a falar para um iletrado é uma coisa, se estão a falar para um desempregado é outra, se estão a falar para uma doméstica é outra. E tem que lhes possibilitar mais coisas tipo *peddy-papers*. Depois de

uma visita mais sumária pode haver um jogo de pistas em que a pessoa tem que andar à descoberta de uma peça, e depois a pessoa vai aprendendo uma série de coisas. A imaginação é o limite!

Quando Portugal assinou a Convenção sobre o Património Imaterial, o IMC lançou um conjunto de desafios relacionados com a participação das comunidades no processo de identificação, estudo e salvaguarda destes patrimónios vivos...

Foi muito mal divulgado, quem quis ler, leu. Mas isso não veio cá para fora com uma publicação ou de uma forma sistematizada, foi uma intenção.

Como é que vocês vêm esta questão do Património Imaterial?

Nós vemos como muito importante e com muita acuidade, porque os saberes e fazeres tradicionais estão em desaparecimento acentuado e rápido. Ou os museus procuram recuperar essas memórias, procuram apropriar-se de tudo isso, ou isso desaparece de vez. Nós já há alguns anos estamos a tentar levantar tudo o que tem a ver com isso. Eu e colegas meus de arqueologia, música, aqui em Cascais. Agora... não é novidade nenhuma e todos nós estamos sensibilizados para a importância enorme de tudo isso e para o difícil trabalho que esse tipo de património apresenta. Porque é muito mais trabalhoso, moroso... mas é fundamental.

A nível de base de dados está resolvida esta questão?

A base de dados permite, por exemplo, que se coloquem ficheiros áudio. Uma história de vida contada e gravada pode ser guardada. Áudio e vídeo. Mas falta equipamento próprio nosso para a edição. Porque numa tarde inteira de conversa vem muita coisa ao assunto e tem que haver cortes, porque numa base de dados não pode ficar tudo e mais alguma coisa. Nós não temos material de edição. Esta questão é fundamental.

A base de dados contempla o registo de determinadas tipologias...

Contempla a colocação dos ficheiros. E depois os ficheiros poderão ser abertos. Mas não está tão perfeita nesse aspecto... Ou seja, não é imediata, há é a prisão desses ficheiros.

Tudo no *in patrimonium*? Sim, *in patrimonium*.

Já ouviu falar do *in memória*, também da Sistemas do Futuro, penso que foi apresentado em Maio de 2008 em Alcácer do Sal. A ideia era fazer uma primeira experiência com o chamado *canto de despique*.

Não, eles comunicam connosco, podiam já ter proposto ou avançado com isso ou com um *upgrade* nesse sentido... e nada. Deve estar em fase experimental.

Em teoria seria uma das forma de tapar o buraco por parte da rede de museus, por ao serviço dos museus um programa que satisfaz as necessidades.

Para estar a funcionar a nível da *Web* tem que haver uma *interface*. Tem que ser imediato, simples. Ninguém vai abrir um ficheiro, depois falta o codec, o dfx... Nós aqui colocamos lá, estão lá, estão arrumadas na base, não estão perdidas, mas daí a usufruirmos dela, quer em casa quer aqui, vai uma grande distância. Isso também é o grande desafio, entrar num museu qualquer do mundo, e poder ter uma ideia sumária das colecções, e ser mostrado aquilo que é entendido que deve ser mostrado, mas que também tenha uma porta ali. Ter

uma ideia a milhares de km de distância, saber se vale a pena lá ir, a pessoa tem que saber antes se vale a pena aquele museu... o preço, as acessibilidades... Tudo isto é fundamental. Muitas vezes estas páginas nem sequer referem se é acessível a cadeira de rodas, o nosso por acaso já tem lá o símbolo. É uma forma de também mostrarmos respeito pelas pessoas que nos visitam.

O tema do Património Imaterial é com a mesma base de dados?

Sim, mas nós é que temos a preocupação. Nós temos, neste momento, toneladas de cassetes áudio com *n* histórias de vida, entrevistas livres e semidirigidas e sonoridades, por exemplo, cantigas, provérbios... Mas isso não está no *in patrimonium*. Tudo o que conseguimos apanhar antes que eles desapareçam... ficamos com isso. Temos caixas com cassetes, temos ali horas de trabalho. Falta-nos equipamentos e secalhar, voltando às categorias profissionais, podíamos falar de um técnico profissional ligado à sonoplastia. Há alguma categoria?

Também não conheço, queria perceber como é que cada museu resolve esta situação.

Resolve, nós irmos com um gravador deste género, para a casa da pessoa ou a aqui por convite nosso. Fazemos umas sessões de audição com alguém sempre a estimular o diálogo e depois ficamos com a cassette em que escrevemos “Clementina Soares, 26 do tal, Cascais”, etc. E depois podemos pôr adágios, história de vida... Mas tudo isso tem que ser tratado... antes que vá parar à base de dados!

João, muito Obrigada.

Se for precisa mais alguma coisa, disponha, telefone...

Outras informações, relacionadas com questões não colocadas na altura da entrevista, e presentes no modelo final de guião utilizado no estudo.

Respostas obtidas, ao longo dos anos de 2009, 2010 e 2011, através de visitas ao Museu, de correio electrónico e por contactos telefónicos, com a colaboração de João Camacho, Ana Pinto e Nuno Miranda.

2.3. Quais os critérios a seguir quando da incorporação de um bem/exemplar?

Nós funcionamos a partir de um conjunto de factores preferenciais de incorporação, segundo os quais temos em conta, sobretudo, a relação que o bem pode estabelecer com as colecções que existem no Museu, isto é, se de alguma forma as complementa, as enriquece...; mas também aceitamos, por vezes, peças procedentes de investigações, de achados arqueológicos, de trabalhos etnográficos... em curso na nossa área de actuação, na área afecta ao município.

Evidentemente a temática central ou transversal a todas elas tem a ver com o facto de possuir especial significado para a constituição e compreensão da identidade de Cascais ao longo do tempo, mas também tem a ver com o facto de estar relacionadas com o património imóvel o imaterial do município, particularmente com o identificado na *Carta de Património Cultural de Cascais*.

Finalmente, não nos podemos esquecer de aqueles bens que apresentam interesse municipal ou que estão classificados e que, pela sua tipologia ou natureza, guardam relação com o Museu.

5.2. Indique-me alguns dados sobre o pessoal relacionado com a função da inventariação no contexto deste Museu, referindo por exemplo:

- O nº de pessoas que desenvolve esta função no Museu: 2.
1 pessoa género Masculino e 1 género Feminino.
- As suas idades e sexos:
46 -55: 1 M e 1 F
- A sua formação (áreas, níveis e actualizações):
Museografia: 1 F
Acção cultural: 1 M
Ambos com nível de educação profissional.
- A sua experiência profissional: nenhuma quando entraram no Museu.
- As suas condições de trabalho: funcionários do quadro.
Recebendo remuneração situada entre os 751 e os 1000 €.

6.1. Fale-me do sistema de documentação e gestão da informação relacionada com o espólio do Museu, referindo em especial:

Denominação: *in patrimonium premium*.

Criador: Empresa Sistemas do Futuro. Aquisição em 2005, instalação definitiva em 2006.

Objectivos atingidos até agora: inventário informático de 40% das peças do acervo museológico.

Previsões: Aquisição do sistema *in natura* para inventariação do 60% restante, por se tratar de exemplares de história natural.

Utilidade a nível interno: Responde as exigências do dia-a-dia.

Inclui a utilização de ficheiros áudio e vídeo.

Apenas existe trabalho em rede entre as instituições que compõem a rede de museus local.

Utilidade a nível externo:

- Actualmente inexistente.
- Objectivo actual: fazer chegar ao público todos os dados que não envolvam perca de sigilo (segurança, valores económicos...)
- Objectivo a atingir: pôr a disposição do público os dados referentes as colecções do Museu de duas formas: através da página *Web* e mediante a monitorização das salas do Museu.

Possibilidades de actualização ao nível dos conteúdos e da estrutura

- Conteúdos: sim, existe possibilidade de actualização de conteúdos.
- Estrutura: A empresa realiza actualizações e correcções regulares. São profissionais acessíveis e com qualidade profissional.

Custos envolvidos:

- Aquisição: Não houve acesso
O sistema de inventariação foi adquirido pela Câmara Municipal de Cascais para todos os museus que integram a rede de museus local.
- Manutenção: Não houve acesso.

O que mudava neste momento para melhorar a situação: Trazia o público ao Museu, como resultado da comunicação para o exterior aos vários níveis anteriormente referidos.

Os bens inventariados no SGC do MM:

- **Número de bens que integram o espólio do Museu:** 25.872.
- **Percentagem com inventário informatizado:** 10.300 (aproximadamente 40%).